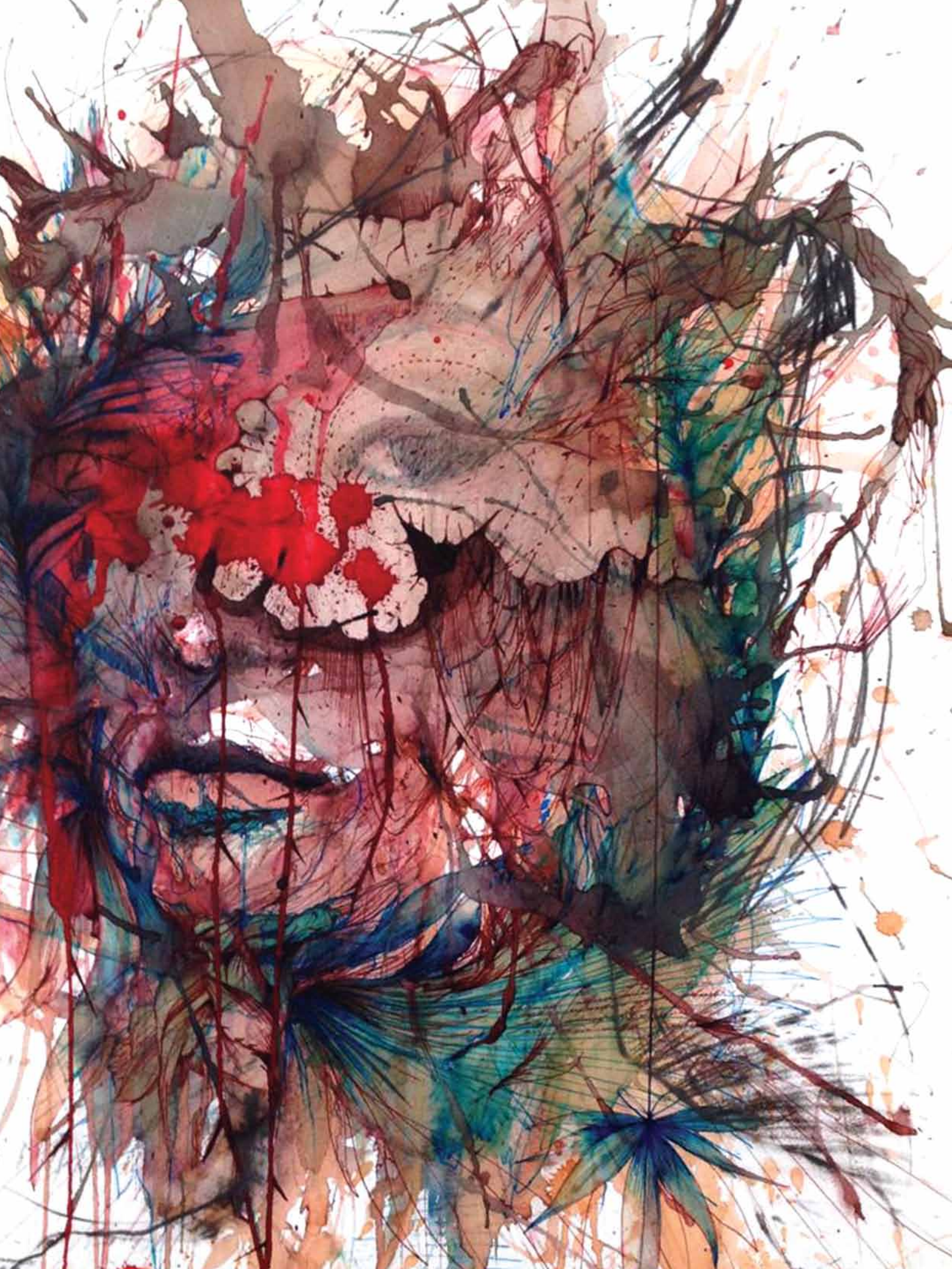
ENSAIO SOBRE O DESIGN SOCIAL

E A CONSTRUÇÃO COLETIVA DA SEGURANÇA

LEONARDO BRAGA MARTINS
OFICIAL DE MARINHA SUBMARINISTA

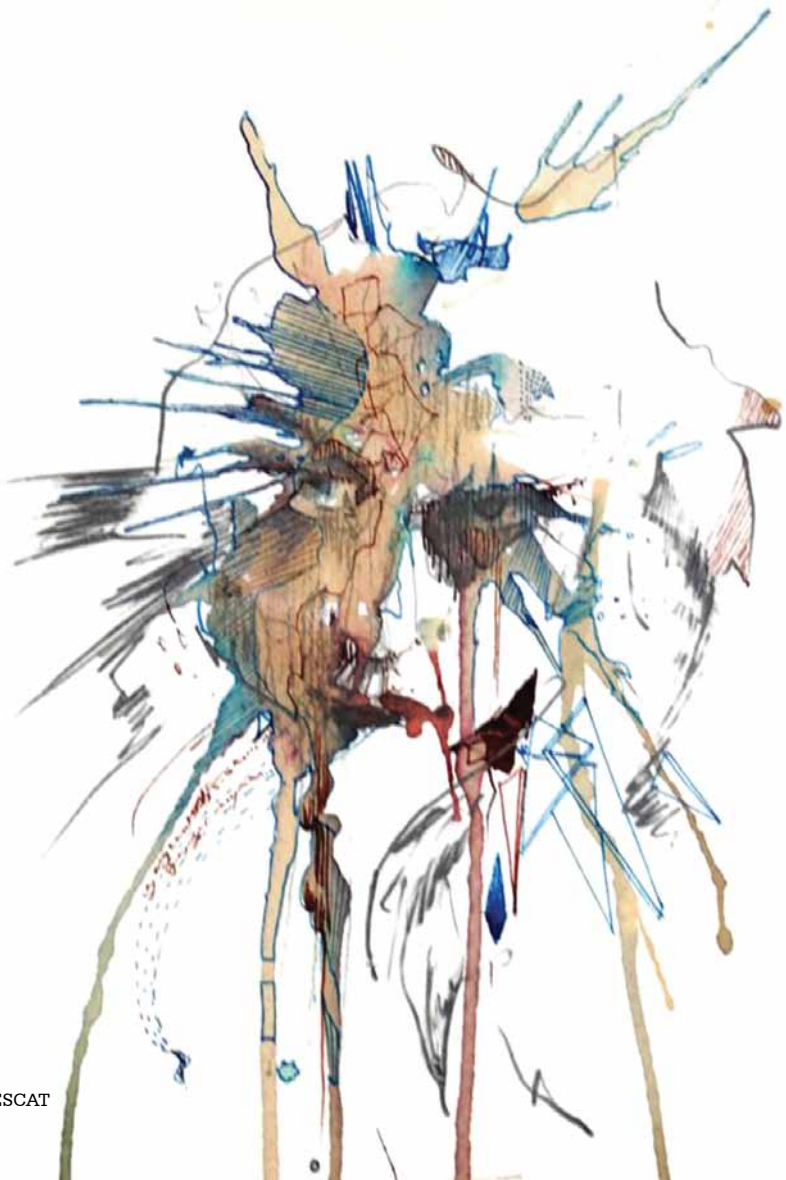


No século XX, em defesa do Estado-nação e de seus sistemas econômicos, as elites dirigentes dos Estados Unidos da América e da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas colocaram sob risco de extinção a espécie humana e uma boa parte da biodiversidade do planeta. Inicio as discussões constatando a falência deste modelo de (in)segurança estatocêntrico.

Na verdade o próprio Estado-nação, seja ele dos países centrais ou periféricos, enfrenta ameaças imbricadas na estrutura do tecido social global. O transbordamento de danos decorrentes de conflitos internos produz ameaças internacionais. Para o trato destas ameaças, queiram ou não os realistas, é preciso fazer uso de uma abordagem ampla, que inclua todos os atores sociais, e não somente o estado. O caráter artificial da divisão entre a "low politics" (política doméstica) e a "high politics" (política internacional) nunca foi tão evidente neste admirável mundo novo.

Em 1994 a primeira aparição do conceito revisado de segurança aconteceu no relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).[1] Seu capítulo 2 apontava as relações entre o desenvolvimento e a segurança e colocava o homem no centro das discussões. Trata-se de um documento seminal que, como outros desta natureza, trouxe significativos aportes à reflexão sem, contudo, apontar linhas de ação concretas.

Passados vinte anos, o relatório continua atual. O fim do mundo bipolar fez recrudescer as animosidades regionais, até então contidas pela força dos blocos capitalista e socialista. A vitória do modo de produção ocidental consolidou o consumo e a acumulação sem limites como paradigma de sucesso do homem contempo-



O FIM DO MUNDO BIPOLAR FEZ RECRUDESCER AS ANIMOSIDADES REGIONAIS, ATÉ ENTÃO CONTIDAS PELA FORÇA DOS BLOCOS CAPITALISTA E SOCIALISTA

râneo. Passamos a temer pelos malefícios da hipotética universalização deste padrão. Mas de um modo geral, a agenda de discussões sobre segurança internacional foi ampliada, incluindo temáticas como poluição, desastres naturais, consumo de drogas, esgotamento de recursos hídricos e violação de direitos humanos. Estes problemas passaram a afetar países centrais, direta ou indiretamente, interferindo em suas dinâmicas de reprodução do poder político e do capital.

Diante de tal agenda transdisciplinar de desafios, falharam na formulação de soluções universais os pensadores "especialistas" organizados nas instituições de pesquisa e ensino criadas pelo mundo eurocêntrico. Apresento aqui bons motivos.

Em primeiro lugar, o sentido de "universal" que habita a cultura ocidental é de origem europeia e representa um modo específico de ver o mundo. Ele se tornou dominante, em sua primeira versão, com a expansão ultramarina do capitalismo mercantil pela África, Américas e Ásia. EE, ao mesmo tempo que a colonização lhe serviu como vetor de transporte, este "pseudouniversalismo" deu respaldo ideológico para o projeto colonizador, conquistando corações e mentes dos subjugados e dos funcionários das potências europeias. O ideal civilizador é talvez um dos seus cânones mais conhecidos e importantes.

Desse modo, o que o senso comum rotula como universal, pouco carrega das tradições culturais não europeias, como as cultivadas nos seios de incas, tupinambás, iorubás ou persas, por exemplo. São por assim dizer, em diversas partes do mundo, corpos estranhos. E como corpos estranhos, são rejeitados. A tentativa norte-americana de introduzir a democracia no Afeganistão pode ser tomada como bom exemplo de fracasso desse tipo "universal" de solução.[2]

De qualquer modo, não se imagina que um revisado universalismo possa ser obtido por meio de um coquetel de tradições, oriundas de diversas regiões do mundo e tempos históricos. A atribuição de sentido a uma determinada produção cultural só é possível dentro de um contexto social definido, o que nos leva a uma única conclusão lógica: não é presentemente viável a adoção de um marco monolítico e global de valores, apto a ser aplicado em qualquer circunstância. Vamos explorar este assunto na terceira parte deste ensaio.

As fases seguintes do capitalismo aprofundaram a instrumentalização do conhecimento a serviço da produção, passando a influenciar mais detidamente as instituições de ensino e pesquisa. Immanuel Wallerstein (2007) relaciona a sequência de eventos históricos que culminariam no cisma epistemológico que gerou o que conhecemos hoje como a "ciência" e as "artes e humanidades".

> O primeiro impulso para recriar a universidade veio na esteira do novo debate intelectual surgido na segunda metade do século XVIII. Como observei, havia pelo menos dois séculos que o humanismo secular dos filósofos lutava, com maior ou menor sucesso, contra a hegemonia anterior do saber teológico. Mas então, por sua vez, ele ruiu sob o violento ataque de grupos acadêmicos que começavam a se denominar cientistas. (…) Nos séculos XIX e XX, os cientistas declararam sua pretensão ao prestígio e ao apoio social. Apresentaram tipos de saber que puderam ser traduzidos em aperfeiçoamento da tecnologia, o que foi muito apreciado pelos que ocupavam o poder. Assim os cientistas tinham o máximo de interesse material e social em defender e obter o divórcio entre a ciência e filosofia, ruptura que levou à institucionalização do que mais tarde viria a ser chamado de "as duas culturas" [ciências naturais e as artes e humanidades].[3]

A ciência reivindicou para si a responsabilidade de produzir a verdade, deixando para uma outra categoria de pensadores (os filósofos) a tarefa (secundária) de pensar sobre o que era bom. Ela se declarou neutra, moralmente adimensional, e terceirizou para o usuário a responsabilidade sobre resultados do conhecimento que produzia. De modo conveniente, os cientistas puderam se associar a qualquer regime político ou organização, sem precisar se indispor com seus mecenas a respeito dos impactos sociais de suas criações. Os dilemas deste arranjo proporcionariam aos quadrinhos e ao cinema roteiros pré-moldados para um sem-número de vilões e heróis – bem diga Stan Lee.

A evolução da ciência não parou por aí. Seguindo a liturgia cartesiana, os objetos de estudo foram progressivamente fragmentados e, por conseguinte, novos campos de estudo foram ocupando os territórios dos pormenores. As "especialidades" passaram a organizar a academia

e o mundo do trabalho, qualificando os "especialistas" como os sujeitos mais aptos a resolver os problemas. Este modelo disciplinar, tal como afirma Almeida Filho (2005) "constrói e trata muito bem dos objetos simples" e "tem subsidiado a maior parte dos avanços científicos e tecnológicos da moderna sociedade industrial".[4] Todavia falham, diante de problemas complexos, que se recusam à circunscrição em um único campo.

Para dar respostas ao esgotamento do modelo, a comunidade científica criou programas e disciplinas transversais como a química ambiental, administração hospitalar e sociologia da educação. Mas o esquema geral continua centrado no mundo disciplinar, e sua reprodução pelo sistema educacional básico continua a produzir legiões de sujeitos intelectualmente limitados.

A CONSTRUÇÃO DE UMA ABORDAGEM ALTERNATIVA

As forças titânicas que regem a economia de mercado e o *modus operandi* estatal seguem a cartilha que nos trouxe até aqui. Suas estruturas operacionais contam com vastos recursos e burocracias sedimentadas, postas a serviço da preservação da cultura e dos interesses das organizações, muitas vezes apartados dos interesses públicos que, por força de lei, deveriam defender.

A ecologia humana é formada ainda por outros agentes sociais, dispostos a defender suas concepções cristalizadas de mundo e suas incoerências[5] – das entidades de classe às seitas religiosas, das facções criminosas às instituições de educação e pesquisa. Eles se relacionam com o Estado e o capital de variadas formas, contam com diferentes mecanismos de coerção e fazem uso de discursos pré-fabricados, legitimadores de poder (até mesmo dos pequenos poderes cotidianos). Suas interações são ambíguas – há farta literatura na área de segurança a confirmar que, independentemente de cor da pele, classe social ou etnia, os homens, encastelados em seus modelos mentais, agindo individualmente ou em grupos, ocupam ora o papel de agressor ora o de vítima, criando uma complexa teia de causalidade.[6]

Esta realidade global, assim complexa e ambígua como se apresenta, requer então uma abordagem alternativa. Se a infraestrutura epistemológica existente é inadequada, em vez de construir soluções com velhas ferramentas, podemos optar por construir novas "oficinas de soluções" e deixar que os artífices de talento espalhados pelo mundo façam o trabalho. Trata-se de promover mudanças paradigmáticas no tecido social com a intenção de reforçar e universalizar a infraestrutura que produz, de modo coletivo, a inovação de valor coletivo, socialmente contextualizada.

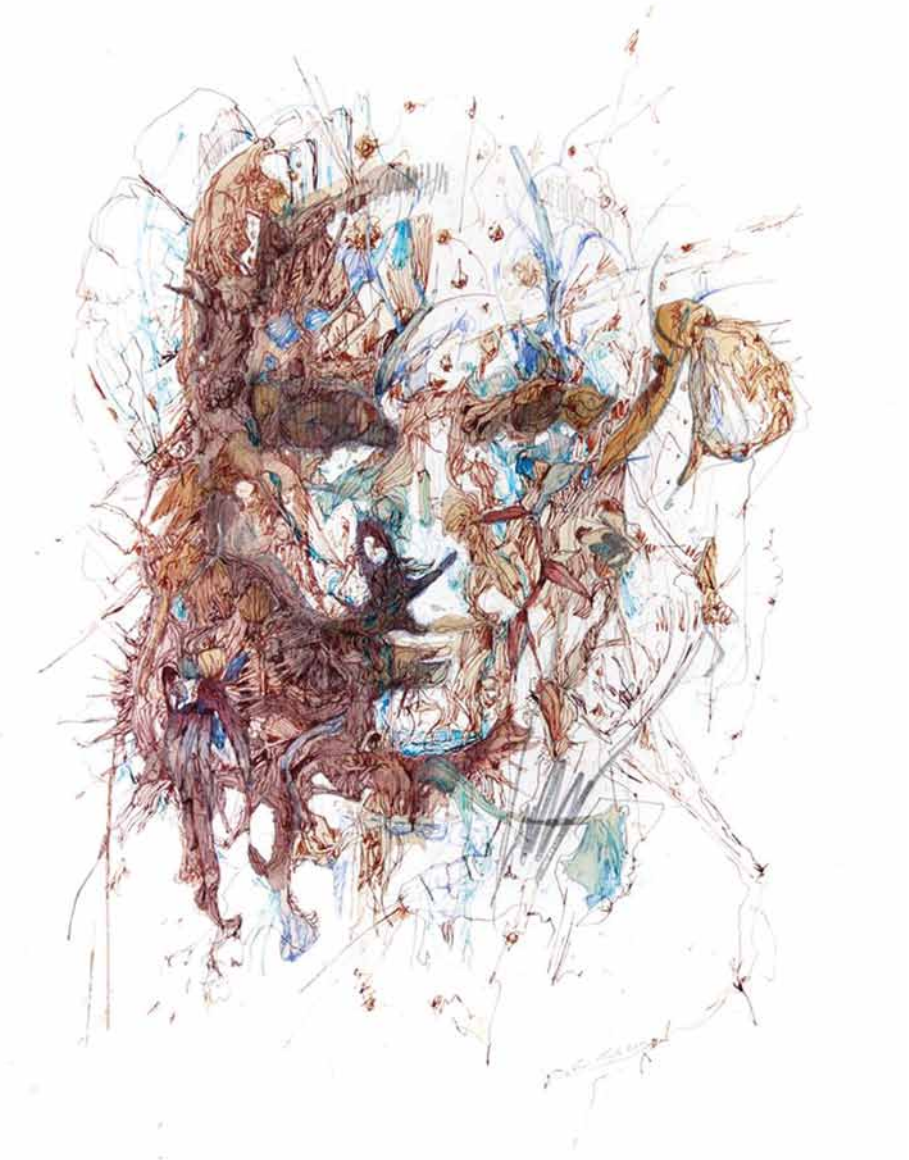
Um primeiro olhar nos levaria a crer que as soluções envolvendo mudanças do Estado e das relações entre capital e trabalho seriam os afazeres mais complexos dos nossos oficineiros. Atrevo-me a dizer que isso não é verdadeiro nos países democráticos equipados com economias de mercado. Isso porque os cidadãos comuns detêm poder político sobre os agentes públicos e sobre o mercado no exercício dos papéis de eleitores, consumidores e trabalhadores. A questão portanto está centrada na forma como exercem estes papéis e, em decorrência, como usam estes poderes (esta análise para os países não democráticos será escopo de outro artigo).

Registro o pressuposto de que, a despeito de uma primeira impressão, o comportamento da população em geral não é, em sua maior parte, produto de intenção racional. O exercício dos papéis supracitados estaria, sim, condicionado aos inúmeros vieses de percepção e decisão a que estamos sujeitos e às insuficiências do modo contemporâneo (disciplinar) de produzir e organizar conhecimento.

Estes dois conjuntos de limitações, inventariados recentemente pela neurociência e pela epistemologia, são decorrentes de nossa história evolutiva e social. Os vieses refletem os mecanismos pelos quais o cérebro garantiu a nossa sobrevivência, tomando as decisões certas para o ambiente que nos cercava. A produção de conhecimento disciplinar, já discutida, carregou nossos cérebros com modelos mentais especialistas e lineares, a serviço dos interesses dominantes, e pouco úteis na compreensão de fenômenos complexos.

Considerando a baixa taxa de mutação observada entre os seres humanos é possível afirmar que modelo de "homo sapiens" atualmente na prateleira é o mesmo do paleolítico[7]. As consequências da inserção do "homem das cavernas" na vida moderna deveriam ser objeto de reflexão e interesse de todos os segmentos

NOSSAS PERSPECTIVAS SOBRE A REALIDADE SÃO FORTEMENTE DETERMINADAS PELOS MODELOS MENTAIS QUE APRENDEMOS AO LONGO DA VIDA



de atividade humana. Mas não são. E o preço que pagamos por esta ignorância é enorme.

Um exemplo notável é a incidência crescente dos casos de síndrome metabólica. O sedentarismo moderno, associado ao aumento da oferta de açúcares e gordura e à redução do consumo de fibras, vitaminas e sais minerais, constituiu perfeita armadilha para o *homo sapiens*. Marchávamos famélicos pelas campinas, adaptados a uma oferta calórica limitada, irregular e a um alto consumo energético. Nossos corpos pré-históricos, hoje solapados por uma dieta hipercalórica de biscoitos e hambúrgueres, fazem aquilo para o qual foram projetados – acumulam energia sob a forma de gordura para tempos de escassez (que nunca virão). O resultado é a obesidade óbvia (termo que bem poderia ser incorporado à literatura médica).

O desconhecimento sobre o cérebro tem efeitos mais danosos do que a ignorância sobre o metabolismo dos açúcares. Resumindo os últimos achados de pesquisa,[8] é possível afirmar que temos muito menos controle do que imaginávamos. Nossas respostas são menos conscientes do que gostaríamos. Nossas perspectivas sobre a realidade são fortemente determinadas pelos modelos mentais que aprendemos ao longo da vida. Vamos aos motivos.

A mente humana conta com três modos cognitivos distintos, amparados em dois sistemas: uma base de dados de longa duração e um espaço de trabalho computacional.[9] A base de dados é mais conhecida como "nível inconsciente" e o espaço de trabalho como "nível consciente". O nível inconsciente é responsável pela tarefa monumental de registrar e organizar dados ao longo da vida. Sua capacidade é desconhecida e estimada

como enorme, e seu comportamento está ancorado numa categoria específica de conhecimentos, de natureza estrutural, denominados esquemas ou modelos mentais. Os esquemas mentais determinam a forma como interpretamos o mundo e tratamos os dados recebidos, podendo captá-los ou ignorá-los, por exemplo. A realidade em nossas mentes é, portanto, sem exagero ou aforismo, uma representação precária e incompleta da "verdade", fortemente determinada pela forma como fomos educados a ver. Funciona de modo análogo ao processo científico formal, em que a escolha das evidências a serem pesquisadas e analisadas em um fenômeno depende da teoria que escolhemos para explicá-lo. Um fragmento do livro *Cabeça de Porco* ilustra com maestria a questão.

> Então vamos lá: a mulher nua ou o homem nu será visto por alguém. Digamos que esse alguém que olha seja um médico, que estabeleça com a pessoa observada uma relação profissional. Suponhamos que eles estejam numa consulta médica. Imaginemos, agora, esse mesmo homem ou essa mulher diante de um pintor, em um ateliê, posando para uma obra de arte. Imaginemos essa pessoa nua com seu ou com sua amante. Finalmente tomemos o caso histórico em que a pessoa nua está sendo banhada por seus servos, na Europa medieval. O corpo pode ser igualmente belo e atraente, em todos esses cenários, mas nem o médico ou a médica, nem o pintor ou a pintora, nem os servos terão uma experiência visual comparável com a dos amantes […] Nossa visão das coisas e das pessoas é carregada de expectativas e sentimentos, valores e crenças, compromissos e culpas, desejos e frustrações. Acima de tudo, é necessário reter na memória esse ponto: *ver é relacionar-se*. (Grifo meu.)[10]

O inconsciente tem uma outra característica de interesse – seu acesso não é direto. Para recuperarmos algum dado precisamos fazer uma busca, fornecendo parâmetros de pesquisa. Os resultados serão hierarquizados segundo dois macrocritérios: similaridade e relevância; sendo o segundo uma variável dependente da frequência de acesso do dado, do tempo decorrido desde o último acesso e da intensidade (emocional) da gravação. Parâmetros bem definidos geram respostas precisas pelo critério de similaridade: "me diga o nome da torre europeia famosa que se encontra em Paris". Parâmetros insuficientes vão gerar listas de respostas, produzidas a partir de uma seleção inicial por similaridade, seguida de uma hierarquização por relevância. "Me diga o nome de um carro de passeio, o primeiro que vier à sua mente." O vencedor foi certamente o veículo que, na ponderação dos fatores, foi o que você viu mais recentemente, ou com mais frequência, ou com o qual você guarda maior vínculo afetivo (o carro da família na sua infância por exemplo). Esta mecânica de processamento redunda em vários tipos de desvios nos processos decisórios, conhecidos como vieses de heurística.[11]

O nível consciente é o repositório do livre arbítrio e o nosso diferencial evolutivo mais importante. Está nele a nossa capacidade de analisar dados, estabelecer planos de ação e decidir diante de situações para as quais não existam esquemas mentais e respostas pré-planejadas disponíveis na base de dados. O nível consciente dispõe de uma memória pequena (basicamente de trabalho) e tem acesso à memória de longo prazo por meio da ferramenta de busca já explicada. Mas a busca inconsciente funciona mesmo que os parâmetros não sejam escolhidos voluntariamente. Há sempre um "alguém" de serviço no controle. Tudo leva a crer que o inconsciente desenvolveu-se como uma espécie de piloto automático que recebe por delegação do consciente o controle de atividades aprendidas e consolidadas. É o que permite que você pense no que vai fazer para o jantar enquanto caminha do supermercado para casa com as compras (sem se perder). Mas é também o mesmo recurso que faz com que pessoas cometam erros como esquecer filhos pequenos dentro do carro durante percursos rotineiros dos quais, usualmente, as crianças não fazem parte.

Se considerarmos os mecanismos de funcionamento da mente e a forma como a sociedade contemporânea cria e reproduz conhecimento, chegamos à conclusão de que, de um modo geral nosso comportamento é fortemente determinado pela amplitude (ou estreiteza) dos modelos mentais aprendidos, formal ou informalmente. E que nossos sete bilhões de bases de dados humanas são singulares, fruto das infinitas combinações de experiências e modelos mentais a que estamos todos expostos.

Se a sociedade que queremos mudar

REDUZIMOS, RECICLAMOS E REPOMOS. PARA NÓS, TODO DIA É DIA DA ÁGUA.

DPZ

SOMOS NEUTROS EM ÁGUA. Trabalhamos para que até 2020 a meta de 1,47 litro de água por litro de bebida produzido seja atingida. Deixaremos de consumir 10,9 bilhões de litros de água, nossa principal matéria-prima. Investimos em novas tecnologias para diminuir o consumo e devolver ao meio ambiente a água utilizada. Também desenvolvemos e adotamos um plano para reaproveitar a água da chuva como uma fonte alternativa em processos industriais. Além disso, destinamos recursos à recuperação de bacias hidrográficas, ao reflorestamento de matas ciliares e à preservação de florestas.

Cuide você também da água do nosso planeta. Afinal, não é só no dia 22 de março, Dia Mundial da Água, que ela deve ser lembrada.

Coca-Cola Brasil

Saiba mais em www.cocacolabrasil.com.br

O MODELO DE SEGURANÇA ESTATOCÊNTRICO É INADEQUADO PARA LIDAR COM OS DESAFIOS DA REALIDADE CONTEMPORÂNEA

é fruto destes processos é preciso buscar métodos que contornem as limitações identificadas e explorem as possibilidades ignoradas, reposicionando também o nosso entendimento sobre as responsabilidades individuais e o livre arbítrio. Neste momento, considerando os meandros do caminho percorrido, cabe fazer um sumário dos achados de pesquisa e, por fim, formular os requisitos que nossa "oficina de soluções" precisa atender.

O modelo de segurança estatocêntrico é inadequado para lidar com os desafios da realidade contemporânea, e um modelo centrado no homem, proposto pelo PNUD, se apresenta como uma alternativa viável. Considero que, mesmo utilizando este novo modelo, os esquemas pré-existentes de criação e reprodução de soluções (amparados no universalismo vigente e na subdivisão do conhecimento) são incompetentes para lidar com a complexidade do mundo contemporâneo e representam, em última instância, instrumentos de dominação intelectual. Reconhecemos então que, mais do que soluções, precisamos de novas estruturas para produzir soluções.

A partir desse momento passamos a relacionar dificuldades com as quais estas "oficinas" e seus protagonistas deveriam lidar. Falamos de como os agentes sociais dominantes se empenham na manutenção do *status quo* e como a população em geral também é partícipe desse processo, mesmo inconscientemente, se alternando no papel de vítimas e agressores. Formulo então o pressuposto de que, num país democrático, governado pela economia de mercado, a população tem poder, de fato, para mudar a realidade, na condição de trabalhadores, eleitores e consumidores. E que estas mudanças seriam difíceis, em grande parte, por motivos alheios à vontade consciente.

Recorro à neurociência para demonstrar o quanto esta formulação é pertinente. E confirmamos que a percepção e memória que formamos do mundo são fortemente determinadas pelos modelos mentais que aprendemos. A realidade que acreditamos ver é portanto uma representação parcial e singular da realidade "de fato". Somos todos, enfim, parcialmente cegos. Tomando-se em conta que boa parte dos modelos intencionalmente ensinados está a serviço das forças dominantes, seja por meio da educação formal, da mídia ou do consumo, podemos dizer que nossa cegueira é meticulosamente planejada.

A partir das considerações feitas até aqui, é possível formular portanto requisitos essenciais que o modelo alternativo de produção de soluções, a ser empregado nas "oficinas", deve atender.

• ser capaz de produzir soluções inovadoras de valor coletivo, socialmente contextualizadas;

• abordar os problemas de modo interdisciplinar;

• amparar-se no trabalho de equipes heterogêneas;

• valer-se de diversos esquemas mentais, incluindo não só os socialmente predominantes mas também os saberes divergentes, oriundos de fontes e autores incomuns;

• aproveitar-se das possibilidades do processamento mental humano e minimizar os efeitos dos seus vieses;

• ser facilmente integrável aos processos de produção existentes na economia de mercado e aos mecanismos de participação político-democrática.

Após navegar por diversos campos das ciências aplicadas, encontrei no "design social" um modelo poderoso, versátil e flexível, vocacionado para ser o eleito. Ao me referir a esta particular categoria do design, não me amparo nas duas tradições iniciais de prática no setor: o design como atividade artística e o design como concepção de produtos mais atualizados tecnologicamente e de maior produtividade fabril.[12] Refiro-me, na verdade, à terceira e mais recente tendência, em que o design se estabeleceu como modelo interdisciplinar e multicritério de concepção de produtos e serviços, atento às necessidades dos clientes e usuários, e aos impactos na coletividade.

SOBRE DESIGN E SOCIEDADE

Nós, seres humanos adultos, vivemos num mundo totalmente artificial. Embora a prudência não recomende o uso de expressões como "nunca", "sempre" ou "totalmente" nas ciências sociais, me atrevo a insistir no "totalmente". O que nos cerca é produto de intenção humana (consciente ou não, como já vimos) em diferentes níveis. O primeiro, mais fácil de apreender, é constituído pelos objetos criados pelo homem. Preste atenção (e se assuste) com a quantidade de itens à sua volta que são "man made". Portas, janelas, pisos e teto – estantes, armários e mesas – eletrodomésticos, e eletroeletrônicos – livros, quadros, roupas e cosméticos. A casa é museu de nossa história pessoal e dos avanços acelerados da cultura material. Mas repare nos detalhes e perceba que existem padrões na concepção desses produtos. Suas cores, formas, materiais, técnicas de montagem, desmontagem e descarte estão filiados a propósitos estabelecidos pelos seus criadores – leia-se "designers" –, sejam aqueles que conceberam esses produtos para outros fabricarem, sejam os artesãos, que conceberam e construíram esses objetos.

Numa economia de mercado um desses propósitos decerto é vendê-lo e obter lucro, e para isso tornou-se indispensável agregar ao produto características que façam com que o consumidor lhe atribua valor. Neste jogo de convencimento o comprador pode ser influenciado por argumentos do vendedor ou fabricante, que façam com que um produto (na prática inútil ou até mesmo perigoso) seja entendido como de valor. Em 1971 Victor Papanek (1923-1998), designer pioneiro nas práticas socialmente responsáveis,[13] abordou sem rodeios a natureza detestável dessa lógica comercial. No prefácio do seu livro *Design for the real world* identificamos os elementos essenciais da sua argumentação:

> Há profissões mais perniciosas do que o design industrial, mas apenas muito poucas delas. E, possivelmente, apenas uma profissão é mais hipócrita. A publicidade, em sua prática de persuadir as pessoas a comprar coisas de que não precisam, com o dinheiro que não têm, a fim de impressionar outros que não se importam, é provavelmente o campo mais hipócrita da existência na atualidade. […] Antes (nos "bons velhos tempos"), se uma pes-

soa gostava de matar pessoas, ele tinha que se tornar um general, comprar uma mina de carvão, ou então estudar física nuclear. Hoje, o design industrial levou o assassinato à produção em massa. Ao projetar automóveis inseguros que matam ou mutilam quase um milhão de pessoas por ano em todo o mundo, ao criar novas espécies inteiras de lixo permanente que se acumulam na paisagem, e ao escolher materiais e processos que poluem o ar que respiramos, os designers se tornaram uma raça perigosa. E as habilidades necessárias nessas atividades são ensinadas cuidadosamente para os jovens.[14]

Compreendido o caráter dominante da "intenção" na gênese do universo de primeiro nível, vamos ao segundo – o uso primário da natureza. Nós somos cercados por objetos artificiais, mas no ambiente existem animais e árvores – entes que não foram projetados pelo homem e, portanto, não se conectam a um propósito antrópico, certo? Errado. A atividade humana estabeleceu prioridades e predileções por que tipos de organismos devem se multiplicar mais ou menos, e como devem se distribuir especialmente. Vírus da gripe? Não gostamos. Vacas? Gostamos. Vida selvagem? Agora gostamos, e instituímos santuários em que podem viver, por que assim decidimos. O *homo sapiens* promoveu mudanças profundas na paisagem terrestre, transformando-a num jardim botânico e zoológico mal cuidado. E com o advento da engenharia genética, elevamos alguns animais e plantas do nível dois para o nível um, pois agora já podemos "projetá-los", como já acontece em larga escala com os alimentos transgênicos – é uma espécie de "life design".

Chegamos por último ao nível três, e da Terra vamos à Júpiter. Sim, eu sei o que vão dizer: Júpiter não é artificial. Digo em contraponto que a representação que

O *HOMO SAPIENS* PROMOVEU MUDANÇAS PROFUNDAS NA PAISAGEM TERRESTRE, TRANSFORMANDO-A NUM JARDIM BOTÂNICO E ZOOLÓGICO MAL CUIDADO

fazemos dele é uma criação nossa. Júpiter tem o nome de um deus da cultura grega; é um planeta (categoria por nós inventada dentro da taxinomia dos objetos celestes) e está inserido na astrologia, na astronomia e nos romances de ficção científica. Este belo planeta tem um objeto correspondente dentro do universo simbólico e abstrato de nossas mentes, habitante do nosso inconsciente, interpretado de modo mais simples ou complexo, segundo os modelos mentais de que dispomos. Júpiter é portanto como o homem e a mulher nus. E cabe dizer ainda que os objetos da primeira e da segunda categorias também fazem jus a esta propriedade.

Chegamos à conclusão de que o modelo de pensamento cartesiano, baseado nas ciências naturais, é inadequado para a compreensão ampla do mundo contemporâneo, essa construção intencional, coletiva e de caráter social. Somos compelidos a buscar nas ciências do artificial[15] saberes de criação do mundo tangível, os modelos mentais capazes de apoiar a reformulação do mundo simbólico/conceitual e a construção de um mundo material melhor. Como esquema central e mais importante deste campo de saber, surge como escolha lógica a eleição do design. Ou como é mais conhecido "design thinking".

Pausa. Que mundo melhor é este? Afirmei que "não é presentemente viável a adoção de um marco monolítico e global de valores". O julgamento do que é bom, belo ou certo só faz sentido dentro de um contexto cultural definido. Em um mundo multicultural, teremos portanto múltiplos contextos… o que é possível fazer então? Nesta era da informação, de trocas intensas e globais, as pontes entre os grupos humanos se multiplicam. As informações seguem os capilares desta rede, o que faz com que tantos os maus como os bons exemplos sejam apreciados por milhões de pessoas (bem rapidamente). As condicionantes impostas a este fluxo pela mídia tradicional e conversadora estão sendo contornadas por um sem-número de canais alternativos, capitaneados por pessoas comuns. Assim, entendo que a adesão voluntária a um marco global de valores, num mundo não eurocêntrico (hipotético), se daria por aglutinação, promovida pelo arrasto dos melhores exemplos de sucesso (julgados pelos membros da sociedade em que esta experiência se dá).

Para os países de cultura predominantemente ocidental, já existe um marco aplicável, apresentado no capítulo 2 do relatório do PNUD (1994), documento que citamos no início do artigo. A partir deles é possível formular indicadores operacionais que sirvam para acompanhar a evolução da sociedade e para a avaliação dos protótipos de produtos e serviços em desenvolvimento. Passados 20 anos do PNUD, vários indicadores foram implementados de fato – entre eles o famoso IDH. Mas aqui trato de ir às origens da discussão e oferecer ao processo de desenvolvimento de soluções um referencial de avaliação centrado na segurança do homem, que vai além dos critérios mercadológicos e políticos, e que não necessariamente serão conflitantes com estes – tudo depende, mais uma vez, do contexto em análise.

CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DA SEGURANÇA HUMANA[16]

Universalidade. A Segurança Humana é uma preocupação universal, segundo o PNUD. Pois existem ameaças que afetam tanto os países pobres, como os ricos, como, por exemplo, o desemprego, as drogas, os problemas ecológicos, a violência urbana e as violações dos direitos humanos.

Interdependência. O PNUD afirma que os componentes da Segurança Humana são interdependentes, pois quando a segurança da população está ameaçada em qualquer parte do mundo é provável que vários países sejam afetados. A fome, as epidemias, os desastres ecológicos, o narcotráfico, o terrorismo, os conflitos étnicos já não são acontecimentos isolados, confinados dentro das fronteiras nacionais.

Prevenção. É mais fácil garantir a Segurança Humana mediante a prevenção do que com uma intervenção posterior. Ações preventivas são menos custosas que intervenções posteriores. O PNUD cita o exemplo dos custos diretos e indiretos causados pela epidemia da AIDS, na década de 1980, que são superiores a 240 bilhões de dólares. Poucos bilhões de dólares investidos em saúde preventiva e no planejamento familiar poderiam diminuir a difusão e a mortalidade da AIDS.

O ser humano. A Segurança Humana está centrada no ser humano. Preocupa-se com as pessoas que vivem em sociedade, com a liberdade com que podem exercer diversas opções, com o grau de acesso ao mercado e com as oportunidades sociais, com a vida em conflito ou em paz.

Assim, ao julgar o mérito das soluções que desenvolvemos, temos perguntas objetivas, que, se feitas repetidamente (em boa parte dos processos de tomada de decisão), resultarão num esforço coletivo pelo avanço social: qual é a parcela da sociedade que a minha solução afeta positivamente – é reduzida, ampla?; qual é o impacto da minha solução nos processos que vão além dos meus clientes e seus usuários?; a minha solução contribui para a prevenção?; como a minha solução afeta valores centrais dos clientes, usuários e restante da coletividade (tal como a liberdade e dignidade) e os aspectos materiais importantes (como a vida e a integridade física)?

Proponho assim, para a construção de soluções na área de segurança, a adoção do referencial do Relatório do PNUD e a seguinte definição de design social: prática de desenvolvimento de soluções de valor coletivo por meio do modelo mental "design thinking". É deste modo que conspiro por um mundo em que o arbítrio seja livre e a vontade, realmente geral. Coloco pois o meu protótipo à prova. ●

O autor é capitão de corveta da Marinha de Guerra do Brasil e mestre em Defesa Civil pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

bragamartins@gmail.com

NOTAS DE RODAPÉ

1. UNDP. Human Development Report 1994. New York: Oxford University Press (1994). Cap 2.

2. SCALERCIO, Márcio. Os Filhos da Jihad. Insight Inteligência (Rio de Janeiro), v. 51, p. 48-60, 2010.

3. WALLERSTEIN, Immanuel. O universalismo europeu: a retórica do poder. tradução: Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007. p.99 e 100.

4. ALMEIDA FILHO, Naomar de. Transdisciplinaridade e o paradigma pós-disciplinar na saúde . Saude soc. [online]. 2005, vol.14, n.3, p. 33.

5. PAPANEK, Victor. Design for the Real World: Human Ecology and Social Change. Chicago: Academy Chicago Publishers, 1985.

6. VEYRET, YVETTE (org.). Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. Tradução: Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2007.

7. Gottlieb MGV, Cruz IBM, Bodanese LC. Origem da Síndrome Metabólica. Scientia Medica, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 31-38, jan./mar. 2008

8. REASON, James. The Human Contribution:unsafe acts, accidents and heroic recoveries. Farnham: Ashgate, 2008. Cap. 1. DAMÁSIO, Antônio R. E o cérebro criou o homem. São Paulo: Editora Scwarcz, 2011.

9. REASON, James. The Human Contribution:unsafe acts, accidents and heroic recoveries. Farnham: Ashgate, 2008. p.12 e 13.

10. ATHAYDE, Celso... [et al.]. Cabeça de porco - Celso Athayde, MV Bill, Luiz Eduardo Soares: Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

11. Conheça mais sobre os viéses de heurística em MENDONÇA, José V. S.de. Heurística: yes, a opinião pública também é irracional. Insight Inteligência (Rio de Janeiro), v. 60, p. 74-82, 2013. Disponível em http://www.insightinteligencia.com.br/60/

12. NIEMEYER, Lucy. Design no Brasil: origens e instalação. 4. ed. Rio de Janeiro: 2AB, 2007

13. PEREIRA, João. Gestão ambiental do produto: Rumo à sustentabilidade industrial. Rev. Portuguesa e Brasileira de Gestão [online]. 2011, vol.10, n.1-2, pp. 13-23. ISSN 1645-4464.

14. PAPANEK, Victor. Design for the Real World: human ecology and social change. New York: Academy Chicago Press, 1971.

15. SIMON, Herbert. The Sciences of the artificial. Cambridge: The MIT Press (1996).

16. BAZZANO, Ariana. Desenvolvimento e Segurança: uma relação necessária?. In: II Seminário Nacional de Sociologia e Política, 2010, Curitiba-PR. Seminário Nacional Sociologia e Política (Online), 2010. v. 4. p. 3-22 e UNDP. Human Development Report 1994. New York: Oxford University Press (1994). Cap 2.